

BRASIL: EMPREENDIMENTOS E TRABALHO

O emprego só cresce nas micro e pequenas indústrias

(Texto elaborado no SIMPI por Antonio Gonçalves, Joseph Couri, Sido Koprowski e Sony Mahfuz – Jan/2003)

Estudo recente, divulgado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("A crescente participação das micro firmas no total de estabelecimentos e emprego" – Elaborado por Sheila Najberg e outros – BNDES - Informe-se – nº 36 – janeiro de 2002), apresenta dados da maior importância para a análise geral da economia brasileira. Baseia-se na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais - ano 2000, do Ministério do Trabalho e Emprego, e considera o trabalho formal em 2.192.290 estabelecimentos. O estudo exclui 2.842.000 firmas sem empregados formalmente registrados que, se somados, tornam o número de empresas registradas no Brasil superior a 5,0 milhões, uma quantidade maior do que os 4.124.343 estabelecimentos apresentados pelo IGBE para o mesmo ano.

As firmas consideradas pela RAIS empregam 25.752.299 trabalhadores, mas a PEA – População Economicamente Ativa - supera os 80 milhões de pessoas, o que significa que trabalham na informalidade mais de dois terços da mão-de-obra brasileira - cerca de 50 milhões de pessoas - que atuam nos estimados 10 milhões de micro empreendimentos informais do país. E estudos mostram que as micro firmas, com até quatro trabalhadores, em geral respondem às necessidades imediatas de sobrevivência pelo trabalho, não se constituindo com base em taxas de lucro.

O estudo feito para o BNDES demonstra que as micro e pequenas empresas legalizadas, entre os anos de 1995 e 2000, criaram 96% dos novos empregos com carteira assinada, enquanto as médias e grandes empresas geraram apenas 4% dos novos postos de trabalho no Brasil.

As tabelas adiante apresentadas, feitas com base nos dados apresentados pelo estudo do BNDES, permitem um conjunto de observações e avaliações da nossa realidade, que passamos a apresentar.

I. As empresas

Um exame das empresas no Brasil mostra a imensa e crescente presença e a importância das micro e pequenas firmas.

Número de Empresas no Brasil – 1995 / 2000

EMPRESAS/Empregos	1995	2000	+/-	%
Micro até 4 pessoas	1.235.742	1.535.997	+ 300.255	+ 24,0
Micro: 5 a 19	391.241	498.662	+ 107.421	+ 27,5
Pequena: 20 a 99	112.342	127.124	+ 14.782	+ 13,2
MICRO E PEQUENA	1.739.325	2.161.783	+ 422.458	+ 24,3
Média: 100 a 499	25.176	25.381	+ 205	+ 0,8
Grande: Mais de 500	5.016	5.126	+ 110	+ 2,2
TOTAL	1.769.517	2.192.290	+ 422.773	+ 23,9

Pode-se considerar que a dinâmica da economia que gera empregos está centrada nas empresas de menor porte. Do total de empresas formais, 98,6% são micro e pequenas firmas - 2.161.783 do total de 2.192.290 – contribuindo com 99,9% do crescimento das firmas (422.458 em 422.773) entre 1995 e 2000, segundo os registros da RAIS.

II. O Emprego nas empresas

Olhando para a questão do emprego – política e socialmente, o maior problema brasileiro atual – impressiona como as micro e pequenas empresas contribuem para a geração de postos de trabalho.

Empregos no Brasil – 1995 / 2000

EMPRESAS/Empregos	1995	2000	+/-	%
Micro – até 4 pessoas	1.921.418	2.412.267	+ 490.849	+ 25,5
Micro: 5 a 19	3.502.457	4.418.742	+ 916.285	+ 26,2
Pequena: 20 a 99	4.499.441	5.000.718	+ 501.277	+ 11,1
MICRO E PEQUENA	9.923.316	11.831.727	+ 1.908.411	+ 19,2
Média: 100 a 499	5.140.277	5.198.727	+ 58.450	+ 1,1
Grande: mais de 500	8.692.143	8.721.795	+ 29.652	+ 0,3
TOTAL	23.755.736	25.752.299	+ 1996.513	+ 8,4

A distribuição de empregos por setor é a seguinte:

Empregos por Setor - %

SETORES	1995	2000
Indústria de Transformação	20,7%	18,7%
Serviços	30,5%	33,0%
Comércio	14,0%	16,0%
Administração Pública	22,9%	22,4%
Outros (Construção Civil, Agro Pecuária etc.)	11,9%	9,9%

Se a indústria reduziu sua participação no emprego formal, os serviços e o comércio ampliaram a sua presença. A Administração Pública cresceu 6%, passando de 5,3 para 5,6 milhões de funcionários, mas em termos relativos decresceu de 0,5%, sendo que 97,5% dos funcionários estão vinculados a empreendimentos médios e grandes.

As micro e pequenas relacionadas empregam 46% dos trabalhadores - 11.831.727 do total de 25.752.299 -, ficando as médias e grandes empresas com 54% dos empregos formais, um percentual que era de 58% em 1995. A maior participação das empresas menores decorre do fato de que de cada 100 novos empregos gerados de 1995 a 2000, 96 foram criados nas micro e pequenas empresas – ou 1.908.411 de empregos formais, no total de 1996.513. Se acrescidos os postos das 2,8 milhões de firmas registradas, mas sem empregados, as micro e pequenas empresas ficam com mais de metade do trabalho formal. Com os postos sem registro em carteira, o índice seria muito maior já que este trabalho existe principalmente na economia informal e em micro e pequenas empresas, notadamente no comércio, serviços e nas regiões mais carentes do País.

Nas estatísticas da RAIS, utilizadas no estudo para o BNDES, as micro e pequenas indústrias contribuíram com 18,5% de crescimento do emprego nas indústrias, que no total refluiu em 1,8%. No comércio, as empresas com até 99 empregados contribuíram com 29% dos novos empregos, enquanto as médias e grandes, com mais de 100 funcionários, reduziram em 0,2% seus postos de trabalho. Já nos serviços, o acréscimo foi de 17,5%, as micro e pequenas gerando 24% do total dos novos empregos, ou 855 mil postos e as médias e grandes contribuindo com mais 415 mil postos, um acréscimo de 11,3% sobre a existência de 1995.

Portanto, os pequenos negócios representam crescentemente o emprego e o mercado na economia brasileira. Nesse sentido, vale também registrar um estudo do IBGE de 1994 – Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira – que informa que as

empresas de menor porte, empregando 67,6% dos trabalhadores com carteira assinada, tinham uma receita bruta correspondente a 52,9% do total das receitas das empresas, o que demonstra sua importância na economia.

III. A Indústria

Se a contribuição para a economia e o emprego das micro e pequenas empresas é fundamental, a questão se apresenta de forma mais contundente na análise dos dados relativos à indústria. Consta-se que somente as micro e pequenas indústrias crescem em quantidade no País, já que tanto nas médias como nas grandes há uma significativa redução no número de empresas.

Indústrias no Brasil – 1995 / 2000

EMPRESAS	1995	2000	+/-	%
Micro – até 4	112.211	122.025	+ 9.814	+ 8,7
Micro: 5 a 19	62.231	77.709	+ 15.478	+ 24,9
Pequena: 20 a 99	25.841	30.528	+ 4.687	+ 18,1
MICRO E PEQUENA	200.283	230.262	+ 29.979	+ 15,0
Média: 100 a 499	7.193	6.861	(- 332)	(- 4,6)
Grande: mais de 500	1.330	1.078	(- 252)	(- 18,9)
TOTAL	208.806	238.201	+ 29.395	+ 14,1

Os números desta tabela mostram que, no ano de 2000, as micro indústrias com até quatro empregados representavam 53% dos empreendimentos e que, somados às micro empresas industriais com 5 a 19 trabalhadores, formam 83,9% do total. Se considerarmos o conjunto das micro e pequenas – 230.262 em 238.201 – tem-se 96,7% do total das indústrias existentes. Note-se que, 5 anos antes, em 1995, o percentual era de 95,9%. Consta-se que as médias e grandes tiveram significativa redução em sua participação no universo das indústrias brasileiras, com as médias tendo seu número reduzido em 4,6% e as grandes em 18,9%.

IV. Empregos nas Indústrias

Se as médias e grandes indústrias representam apenas 3,3% do total, elas geram 54% dos empregos formais. Mas há apenas 5 anos eram 62%, uma forte queda de 8%. As micro e pequenas, que são 96,7% das firmas, empregavam 38% dos trabalhadores em 1995 e, no ano de 2000, já produziam 46% dos empregos da indústria.

Empregos em Indústrias no Brasil – 1995 / 2000

EMPRESAS	1995	2000	+/-	%
Micro – até 4	188.507	216.813	+ 28.306	+ 15,0
Micro: 5 a 19	591.437	745.096	+ 153.659	+ 26,0
Pequena: 20 a 99	1.082.581	1.246.082	+ 163.506	+ 15,1
MICRO E PEQUENA	1.862.525	2.207.991	+ 345.456	+ 18,5
Média: 100 a 499	1.510.758	1.426.418	(- 84.340)	(- 5,6)
Grande: mais de 500	1.533.261	1.183.609	(- 349.652)	(- 22,8)
TOTAL	4.906.524	4.818.018	(- 88.506)	(- 1,8)

Impressiona, nos dados da tabela acima, a significativa redução, em apenas 5 anos, dos empregos nas indústrias de grande porte, que dispensaram quase 350 mil trabalhadores, o que representa menos 22,8% da sua força de trabalho sobre a existência em 1995. As indústrias de médio porte também reduziram, em 5 anos, 84.340 empregos, ou seja, menos 5,6% do pessoal que nelas trabalhava em 1995. No conjunto, as médias e grandes indústrias reduziram seus quadros de trabalhadores em 433.992, o que representou um decréscimo de 14,3% frente aos 3.044.019 empregos existentes em 1995.

Esta redução de empregos nas indústrias foi parcialmente compensada pelos 345.456 novos postos formais criados nas micro e pequenas empresas industriais no período 1995/2000, o que representou mais 18,5% sobre os 1.862.525 postos de trabalho existentes em 1995, atingindo em 2000 o total de 2.207.991 empregos. Apesar dessa grande contribuição das micro e pequenas, o total de empregos nas indústrias caiu 1,8%, reduzindo-se em 88.506 o número de empregos sobre os 4.906.524 existentes em 1995. Se acrescidos os postos de firmas de auto emprego o trabalho nas micro e pequenas indústrias supera o das médias e grandes.

V. Os empecilhos para sobreviver

A sobrevivência das empresas e a geração de empregos, com a premissa de que as empresas sejam competitivas na economia brasileira e conformadas aos parâmetros de qualidade e preço definidos no plano mundial, não poderão ser alcançadas com as dificuldades antepostas à sua viabilidade, como demonstra a mortalidade de empreendimentos, notadamente entre os de menor porte. Pesquisa para o BNDES (Informe-se 32 – dezembro de 2001), mostra que, de 335.000 firmas surgidas em 1996, 161.400, ou 48%, estavam fechadas em 2000.

Outra pesquisa, da Confederação Nacional das Indústrias - CNI e do SEBRAE, informa que, apesar do SIMPLES, instituído há cinco anos no País, *"mais da metade dos pequenos e microempresários têm muita dificuldade para pagar impostos e contribuições"*, empurrando os empresários para a informalidade. Os impostos são o principal problema citado – 54%, seguido do aluguel, 13%, salários e encargos, com 11% e gastos com matéria-prima, 7%. Rubens Figueiredo, coordenador da pesquisa, diz que *"Se o empresário emite nota, agrega ao seu preço o valor do imposto e disputa um mercado onde o comprador não exige notas e vai deixar de ser competitivo"*. Conclui que *"o empresário não é um vilão por índole. Se não paga, é por uma questão de sobrevivência"*.

A pesquisa CNI/SEBRAE informa também sobre dificuldades para enfrentar a fiscalização do poder público: "os encarregados de fiscalizar não verificam se as regras fiscais e legais estão sendo seguidas, mas procuram problemas para aplicar multas e obter propinas. O problema é que a legislação é tão detalhista e complicada que é possível encontrar falhas mesmo nas empresas que estão procurando se adaptar às normas legais". Esta pesquisa confirma algo que já era de conhecimento dos empresários, bem como do SIMPI, entidade que há muitos anos vem denunciando as mazelas que inviabilizam a vida dos micro e pequenos empresários. O poder da burocracia estatal – contra a qual os grandes empreendimentos encontram estruturas técnicas e jurídicas eficazes para o enfrentamento – no caso das micro e pequenas empresas produz um cenário inibidor do nascimento formal e, para a maioria das existentes, é mortal. Quanto à tecnologia e a inovação, fundamentais para a competição, em geral são lembrados empreendimentos como a indústria petrolífera, complexo aeronáutico e o agronegócio, em sua condição de exemplos de sucesso da pesquisa governamental e universitária.

Mas pouco se lembra de milhões de micro e pequenos empreendedores que empenham suas vidas no desenvolvimento técnico, praticamente sem nenhum apoio ou reconhecimento. E a tributação, em especial IPI e ICMS, não distingue o valor agregado por máquinas daquele gerado pelo trabalho humano, onerando as empresas trabalho-intensivas.

Assim, a retórica em defesa dos micro e pequenos negócios deve ceder espaço para políticas de desenvolvimento cada vez mais efetivas, se a intenção for a de construir uma estratégia de sobrevivência de empresas e empregos no Brasil.

VI. Uma estratégia de sobrevivência

A questão que se coloca é a sobrevivência da produção nos quadros de uma

economia globalizada, com parâmetros definidos por qualidade, preço e inovações mundiais, o que demanda ações e políticas públicas. Em geral, os analistas consideram que é fundamental a produção em larga escala, porque isso reduz custos e amplia a produtividade e, portanto, a competitividade. É uma herança de séculos de sucesso de integração vertical ou horizontal da produção, amplamente presente nos textos da teoria econômica.

Essa busca pela produção em larga escala privilegia o desenvolvimento e a competição mundial através de empresas de grande porte. Resulta, regra geral, no apoio privilegiado a elas por parte de poderes públicos, em forma de subsídios, subvenções, financiamentos a juros mais favoráveis etc. Esta estratégia reforça uma aliança tácita dos poderes do Estado com grandes e poderosas empresas, estatais ou privadas. Um exemplo provém de comentário do jornal O Estado de São Paulo – 21.07.2002, ao informar que no primeiro semestre de 2002 os desembolsos do BNDES cresceram 30% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que as grandes empresas aumentaram em 14% seus financiamentos enquanto as micro e pequenas tiveram uma queda de 43%. O comentarista alerta, ao final, para os perigos da concentração dos investimentos e, portanto, da renda da população.

A capital-intensividade, decorrente de investimentos apoiados em financiamentos de governos, resulta em crescente uso da automação dos processos de produção, em geral com máquinas e equipamentos importados.

Repete-se a antiga história de equipamentos modernos aumentarem a competitividade, mas, sendo importados, reduzem o uso da força de trabalho, onerarem a balança comercial, reduzem o mercado de trabalho e a massa salarial, com isso também reduzindo o próprio mercado interno. Este dilema poderia ser enfrentado com ênfase no desenvolvimento de micro e pequenas indústrias, que utilizam muitos equipamentos produzidos no País e, assim, geram empregos internos. Estudos indicam que, na média, os investimentos por posto de trabalho nas micro e pequenas indústrias competitivas giram em torno de 20% a 30% do que é necessário para criar um emprego em empresas capital-intensivas, fato que, da perspectiva de desenvolvimento com emprego, demandaria estudos de custo/benefício específicos.

Para a massa das micro e pequenas indústrias a competitividade necessária pode decorrer de uma melhor integração da rede produtiva e das infraestruturas. Os dados do estudo para o BNDES, mostram que uma estratégia de sobrevivência – competitividade com emprego – já foi, apesar das dificuldades, o caminho trilhado por boa parte da sociedade, sugerindo que um plano de desenvolvimento interno deveria centrar-se nas micro e pequenas empresas, em especial industriais e agrícolas, ponto crucial de produção e agregação de valor.

As causas do crescimento e do desenvolvimento das micro e pequenas indústrias provém de vários fatores, podendo ser considerados:

1. O empenho criativo de milhões de empreendedores nacionais, com crescente capacitação e base técnica para a inovação de produtos e processos, além de maior habilidade na gestão de empresas e negócios. Se apoiados por centros de pesquisa científica e tecnológica, universitária ou não, este empenho empreendedor ampliará de forma massiva sua contribuição para o desenvolvimento;
2. Estruturalmente, o sucesso das empresas menores reflete mudanças globais a partir dos anos 80 quando, com a aplicação intensiva da informática, houve o fracionamento das cadeias produtivas globais e a flexibilização da produção a partir de parcerias e terceirização, como constatam estudiosos do problema;
3. A decorrente aplicação de novos conceitos de redes e cadeias produtivas gera maior especialização das micro e pequenas indústrias, o que desenvolve, na integração dos processos produtivos, escalas de produção compatíveis com os requisitos de produtividade própria de empresas de maior porte;
4. Finalmente, a crescente demanda por produtos diversificados e inovados demandados pelos mercados permite a produção em escalas menores, fora da massa uniforme gerada pela produção em larga escala; portanto, passíveis de serem produzidas em empresas de pequeno porte.

Nota Final

Pelo exposto, vale considerar a experiência de sucesso de sobrevivência de milhões de brasileiros no desenvolvimento recente das micro e pequenas empresas e indústrias. Uma economia brasileira eficiente, com apoios distribuídos por cadeias e redes de produtores, pode ser o melhor caminho para gerar empregos e renda, representando também uma forma mais democrática da perspectiva econômica, porque melhor distribuída. Seu aprimoramento exigiria, dos poderes públicos, novas posturas quanto ao apoio a estas redes e cadeias produtivas, visando fornecer condições para que obtenham a necessária competitividade em qualidade e preços, tendo como referência parâmetros mundiais.

Para a sobrevivência no confronto com mercados globalizados – inclusive para exportar - seria necessária uma melhor aplicação de recursos do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT que, como sua nomenclatura faz supor,

deveriam ser aplicados em áreas que possibilitem maior retorno quanto à geração de empregos, o que se dá, comprovadamente, no caso das pequenas empresas. Seria fundamental rever o sistema de tributação, superando os malefícios gerados pelo peso imenso da burocracia estatal sobre os pequenos empreendedores. E seria necessário gerar apoios sistêmicos ao gradual e constante desenvolvimento tecnológico, notadamente para as áreas produtivas.

Uma economia fundada em milhões de produtores competentes pode significar a ampliação da capacidade de sobrevivência na disputa do mercado face aos países desenvolvidos, mais eficaz do que seriam apenas poucas e grandes empresas, em especial se forem enclaves automatizados, com equipamentos importados e focados mais no mercado interno do que em exportações.

Uma estratégia de sobrevivência das empresas e dos empregos, voltada para a capacitação e competitividade de empresas de menor porte, requer muitas ações de governo e das instituições que as representem e que as apoiem. Uma destas ações será a de construir redes de informações, canalizadas enfaticamente para o setor. O foco deverá ser o de socializar dados, problemas e soluções sócio-econômicas, políticas e tecnológicas. Atenção especial deve ser dada à difusão de mecanismos voltados à redução da burocracia, o acesso a linhas de crédito, às informações sobre inovações de processos e produtos, e às instruções sobre gestão eficiente e eficaz das empresas e dos negócios. Este é um desafio que se coloca para a sociedade e para suas instituições.